



Cuiabá-MT, 28, 29 e 30 de janeiro de 2014

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Quinta, 30 de janeiro de 2014, 08h26

alto custo

Estado rompe contrato com Ipas após término de intervenção

Gláucio Nogueira, repórter do GD

Marcus Vaillant



A Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) rompeu o contrato com o Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas), Organização Social de Saúde (OSS) que gerenciava a Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis). A portaria, assinada pelo secretário Jorge Lafetá, foi publicada nesta quarta-feira (29), no Diário Oficial do Estado (DOE).

A rescisão ocorre após a análise dos relatórios gerados na unidade, cuja intervenção foi decretada em julho do ano passado e acolhe parecer da Comissão Processante da própria Secretaria, bem como da Auditoria Geral do Estado (AGE). Os problemas verificados na Farmácia de Alto Custo, como o dos medicamentos vencidos, geraram prejuízos superiores a R\$ 2,8 milhões, conforme os técnicos.

A rescisão ocorre após a análise dos relatórios gerados na unidade, cuja intervenção foi

O despacho de Lafetá tem efeito retroativo ao dia 27 de janeiro, que coincide com o prazo final da intervenção. O interventor nomeado à época, Marcelo de Alécio Costa, continuará à frente dos trabalhos, pelo prazo de 120 dias, tempo estimado pela própria SES para que haja a conclusão de um novo processo licitatório e que uma nova OSS seja contratada para gerenciar os serviços, considerados essenciais. Para gerenciar os serviços, o Ipas recebia, por ano, aproximadamente R\$ 7 milhões.

Problemas na distribuição dos medicamentos aos usuários, denunciados pelo jornal A Gazeta em maio do ano passado, motivaram a abertura de uma investigação. Dias depois, dezenas de caixas de medicamentos vencidos foram encontrados no depósito administrado pelo Ipas e também foram alvo de um procedimento. Diante de um relatório produzido pela AGE, que constatou a existência de 15 irregularidades, 9 cometidas pela OSS e 6 pela SES, a intervenção foi recomendada ao governador Silval Barbosa (PMDB).



Agora, após a rescisão, os trabalhos prosseguem visando a responsabilização de servidores e representantes do Ipas por conta das irregularidades encontradas pelos auditores. Lafetá, que está em viagem, deve definir e divulgar, ainda nesta semana, quais serão os encaminhamentos a serem dados para a continuidade do fornecimento dos remédios.

Problemas na prestação de serviços por parte do Ipas motivaram a criação de 2 Grupos de Trabalho, um no Hospital Metropolitano de Várzea Grande e outro no Hospital Regional de Colíder (650 km ao norte da Capital). Problemas no pagamento de médicos, funcionários e fornecedores motivaram o acompanhamento in loco.

Outro lado - A reportagem tentou entrar em contato com representantes do Ipas, mas ninguém atendeu aos telefonemas.

Fonte: www.sismamt.org.br

TCE julga irregulares as contas do Fundo Estadual de Saúde, confira na íntegra o relatório

Ao todo foram apontadas no relatório preliminar 210 irregularidades, e a Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado (Secex/TCE) concluiu pela permanência de 170 improbidades relacionadas a receitas, despesas, licitações, dispensas, inexigibilidades, compras diretas, contratos de gestão, prestação de contas e sistemas de controle interno.

Com isso o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) reprovou na sessão extraordinária do dia 13 de dezembro, as contas anuais de gestão do Fundo Estadual de Saúde (FES), no exercício de 2012.

Cumprindo o dever constitucional de proporcionar a ampla defesa, o responsável Vander Fernandes, que estava exercendo no período de 1º de janeiro a 31 de maio e também a gestora substituta, Oliani Nouely Machado Godoy, que assumiu no dia 1º de junho a 31 de dezembro apresentaram as justificativas.

O Ministério Público de Contas (MPC-MT) por meio do parecer 9.074/2013 do procurador de contas Gustavo Coelho Deschamps opinou pelo proferimento de julgar irregulares as contas referidas com recomendações e determinações legais, além da fixação de multas e ressarcimento de valores para cada gestor citado e demais responsáveis.



O relator do processo, conselheiro José Carlos Novelli, acompanhou o parecer do MPC e votou no sentido de julgar irregulares as contas de gestão com determinações legais e recomendações, aplicação de multas aos respectivos responsáveis e restituição de valores. O voto foi aprovado por unanimidade.

Acesse os relatórios completos do TCE clicando nos links abaixo:

[1\) Acordão N. 6005.2013-TP Contas Anuais de gestão exercício 2012](#)

[2\) Parecer do Ministério Público de Contas](#)

[3\) Relatório para Contestação Final FES Exercício 2012-TCE -MT-ENCAMINHAMENTO](#)

[4\) Relatório Técnico Contas Anuais de 2012 - SES](#)

[5\) Relatório para Contestação Final FES Exercício 2012- TCE -MT -PROCESSO](#)

[6\) Relatório Técnico Contas Anuais de 2012 - FUNDO](#)

[7\) Justificativa voto conta FES - 2012](#)

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 30 de janeiro de 2014, 01h00

PRONTO-SOCORRO

Paralisação de anestesistas entra no 3º dia

[Raquel Ferreira](#) / Da Redação

A paralisação dos anestesistas da Cooperativa de Médicos Anestesistas do Estado de Mato Grosso (Coopanest-MT) que prestam atendimento no Pronto-Socorro de Cuiabá entra no terceiro e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) não tem prazo para resolver o problema. Somente os casos de urgência e emergência são atendidos e até ontem 142 cirurgias eletivas da especialidade de ortopedia haviam sido suspensas, sem previsão para atendimento dos pacientes.

Segundo a SMS, as suspensões são referentes a procedimentos considerados sem urgência, que já aguardavam na fila para serem realizados e não há como prever quando o atendimento será retomado.



A paralisação de parte dos serviços dos anestesistas da Coopanest-MT é relacionada à falta de pagamento por parte da Prefeitura de Cuiabá desde o mês de novembro. No total, 30 especialistas atendem no PS, sendo 8 concursados e o restante da cooperativa...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 30 de janeiro de 2014, 01h00

INDENIZAÇÕES

Justiça condena plano MT Saúde

[Da Redação](#)

O Instituto de Assistência à Saúde do Servidor do Estado de Mato Grosso (MT Saúde) foi condenado a indenizar em R\$ 4.810, por danos materiais, e R\$ 8 mil, por danos morais, uma paciente que teve atendimento negado porque o plano de saúde estava em débito com os repasses devidos aos médicos. A decisão é da Justiça em São José dos Quatro Marcos (315 km a oeste de Cuiabá)...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 30 de janeiro de 2014

Edição nº 13806 28/01/2014

Busca de apoio judiciário cresce

ALECY ALVES SAÚDE/RECURSOS

Da Reportagem

A cada dia mais pacientes recorrem ao judiciário em busca da assistência médica, exames, internação hospitalar e medicamentos negados no serviço público de saúde.

Em Mato Grosso, de acordo com dados divulgados pelo Tribunal de Justiça, em 2013 foi registrado um aumento de 46% no número de ações analisadas pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT), instalado no Fórum de Cuiabá para auxiliar magistrados na emissão de pareceres em decisões judiciais relacionadas à saúde.

De 1.326, em 2012, o índice de ações saltou para 1.937, sendo 1.271 na área médica e 667 com relação a medicamentos. O NAT, que a princípio foi criado para atender demandas apenas de Cuiabá



e Várzea Grande, hoje é utilizado por magistrados de todas as comarcas, que buscam a avaliação de profissionais para auxiliar nas decisões.

Para se ter uma ideia da abrangência desse trabalho, dos 1.937 processos que tiveram parecer do NAT, 796 são do interior do Estado, 372 de Várzea Grande e 769 de Cuiabá. O coordenador do NAT, juiz Jones Gattass, observa que a demanda do interior é crescente. Ele diz que é muito importante esse apoio do aos magistrados.

Fonte: www.midianews.com.br

VARIEDADES / MEDICINA & SAÚDE

29.01.2014 | 02h30 - Atualizado em 28.01.2014 | 17h05

Tamanho do texto A- A+

Pesquisa sugere critérios para medir qualidade de sites sobre saúde

Estudo da Fiocruz mostra que, no Brasil, iniciativas para qualificar e certificar sites com informações confiáveis são mínimas

DIVULGAÇÃO

Clique para ampliar 



DO IG SAÚDE

A quantidade de informação disponível e a facilidade de acesso à internet transformaram a rede em “consultórios médicos” para inúmeros usuários. Se, por um lado, o conteúdo virtual colabora na partilha de experiências e dicas, por



outro, preocupa por causa do volume de conteúdos não confiáveis espalhados em milhares de sites.

Um estudo realizado na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostra que as iniciativas para tentar ajudar o usuário a escolher fontes de informação são quase inexistentes no Brasil. No exterior, há algumas instituições que criaram sistemas para certificar e qualificar portais de informação em saúde. Mas também não são numerosas.

A pesquisadora Ana Paula Bernardo Mendonça, responsável pelo estudo, que é fruto do mestrado profissional em Política de Gestão de Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde, defende a criação de um sistema de certificação brasileiro. A expectativa dela é construir essa ferramenta dentro da Fiocruz, junto com um portal sobre saúde adequado ao público leigo.

“Espero que a pesquisa sirva de alerta para o risco para o qual a população brasileira está exposta sem qualquer órgão que ajude na identificação de sites de saúde confiáveis”, afirma. Após a formação de um banco de dados, um “selo de qualidade” seria criado para facilitar a avaliação da população.

A facilidade de pesquisar sobre uma doença, medicamento ou solução estimula o interesse dos usuários. Diferentes e recentes estudos demonstram que o tema atrai grande parte da população. Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil, por exemplo, em 2011, 43% dos usuários de internet afirmam buscar dados de saúde na rede. Nos Estados Unidos, um em cada três adultos informações na internet para diagnosticar a si mesmo ou outra pessoa.

O problema é que as “respostas” encontradas no ambiente virtual nem sempre são confiáveis. Ao contrário: há muitas informações “inconsistentes, divergentes e sem comprovação científica sobre o tratamento de determinada doença”, segundo Ana Paula. Ela lembra ainda que há muitos sites que buscam apenas fazer propaganda de produtos.

“A quantidade de informação online – e sua natureza heterogênea – é



preocupante e oferece risco para os usuários, pois não são oferecidas garantias de credibilidade e de qualidade”, diz. Por conta disso, ela conta que muitos estudos têm tentado definir critérios para avaliar, medir e aprimorar a qualidade da informação disponível na rede.

Iniciativas concretas

Durante a pesquisa, Ana Paula encontrou 11 organizações importantes que avaliam sites de saúde e têm seus critérios já consolidados, como o código de conduta HONcode, iniciativa da organização Health On the Net Foundation da Suíça. No Brasil, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) lançou um manual de ética para sites de medicina e saúde na internet em 2001.

“No Brasil, a nossa pesquisa identificou que poucas instituições se preocupam com esta questão”, diz. Ela lembra que o Centro de Vigilância em Saúde de São Paulo (CVS-SP) traduziu e adaptou para o Brasil um documento da Organização Mundial de Saúde (OMS), o “Guia para encontrar informações seguras”, com orientações ao usuário.

Para ela, as instituições governamentais de saúde deveriam a qualidade e tornar as informações acessíveis a todos. “Além disso, é importante ressaltar que a internet não deve ser utilizada como instrumento para consultas médicas, diagnóstico clínico, prescrição de medicamentos ou tratamento de doenças. O usuário deve sempre consultar um profissional de saúde antes de adquirir qualquer produto ou serviço médico”, afirma.

A confiabilidade da informação, ela lembra, não é a única dificuldade enfrentada pelos usuários na busca de dados sobre saúde na internet. A linguagem utilizada em muitos sites e a falta de uma configuração mais simples de busca são outros impeditivos e dificuldades impostas pelos sites disponíveis.

Com o estudo, Ana Paula propõe a criação de um sistema que avalie a qualidade desses sites. A proposta é conferir 80 itens de três dimensões de avaliação:



conteúdo (acurácia, abrangência e legibilidade das informações), técnica (credibilidade, publicidade e patrocínio, segurança e privacidade, ética, interatividade e suporte ao usuário) e design (usabilidade e acessibilidade).

“Chegamos a este modelo após analisar e comparar os principais instrumentos desenvolvidos no mundo, identificando métodos de aplicação como autorregulação e certificação de qualidade de sites de saúde”, conta. Segundo ela, é preciso unir esforços de profissionais de saúde, informação, tecnologia e usuários para criar a ferramenta mais adequada.

Cuidados básicos

Para se prevenir, a pesquisadora sugere que o usuário confira se há indicação de nome e endereço do proprietário da página consultada ou da instituição responsável, se o propósito do site — educativo, informativo ou comercial — está claro e se a proteção e o sigilo das informações do usuário estão garantidos.

Fonte: www.midianews.com.br

BRASIL / MINISTRO DA SAÚDE

30.01.2014 | 11h30 - Atualizado em 30.01.2014 | 11h10

Tamanho do texto A- A+

Padilha assina convênio com ONG fundada pelo pai

O convênio prevê, até dezembro, a capacitação de 60 jovens e a formação de outros 30

DA FOLHA DE S. PAULO

Antes de deixar o comando do Ministério da Saúde para se dedicar à pré-campanha ao governo paulista pelo PT, Alexandre Padilha assinou convênio de



R\$ 199,8 mil com uma entidade da qual o seu pai, Anivaldo Pereira Padilha, é sócio e fundador.

No dia 28 de dezembro de 2013, a ONG Koinonia-Presença Ecumênica e Serviço e o Ministério da Saúde firmaram acordo para executar "ações de promoção e prevenção de vigilância em saúde".

O convênio prevê, até dezembro, a capacitação de 60 jovens e a formação de outros 30. Por meio de palestras, aulas e jogos, eles serão treinados sobre como evitar e tratar doenças sexualmente transmissíveis, como Aids.

Apesar de a entidade ter representação no Rio, em Salvador e em São Paulo, o projeto que conta com verba do Ministério da Saúde será executado somente na capital paulista, segundo funcionários da Koinonia.

O convênio assinado por Padilha autoriza o empenho da da verba, o que significa que o ministério já se comprometeu a pagar os R\$ 199,8 mil à ONG, embora ainda não tenha feito o desembolso.

Anivaldo nega qualquer irregularidade ou favorecimento na escolha da entidade, assim como o ministério. O pai do ministro diz ainda que, desde 2009, não exerce função na coordenação de projetos, nem das instâncias de decisão da entidade.

Admite, no entanto, que é convidado a participar de palestras e eventos em que relata as ações da organização. Como sócio da entidade, está previsto que ele participe das assembleias que, anualmente, definem as linhas gerais de atuação da ONG.

Desde 1998, a Koinonia fez pelo menos nove convênios com diferentes ministérios que, juntos, somam cerca de R\$ 1,75 milhão. Na gestão de Padilha na Saúde, além do assinado em dezembro, a ONG também firmou um termo de compromisso de R\$ 60 mil para promoção de um seminário em 2011.

No final de 2013, a entidade assinou convênio com o Ministério da Justiça no



valor de R\$ 262,1 mil para colher depoimentos e fazer documentários, site e livro sobre a participação protestante na luta contra a ditadura militar.

A Koinonia, presidida pelo bispo emérito da Igreja Metodista do Rio, Paulo Ayres Mattos, se autodefine como "um ator político do movimento ecumênico e que presta serviços ao movimento social". A ONG participa de projetos ligados sobretudo à comunidade negra, trabalhadores rurais e jovens.

Padilha desembarcará definitivamente em São Paulo na próxima semana e, no dia 7, a ideia é que dê início a uma caravana pelo interior.

O ministro concentrou no Estado a participação em atos oficiais desde o final do ano passado, quando sua situação de pré-candidato do PT já estava definida. O ministério alegou à época que Padilha atendia a convites e que São Paulo "concentra o maior número de unidades de saúde, possui hospitais de excelência e entidades do setor".

OUTRO LADO

O Ministério da Saúde informou que o convênio com a entidade da qual o pai do ministro é sócio e fundador atendeu a critérios técnicos e que o processo de análise seguiu regras estabelecidas pela administração pública. Alexandre Padilha não se pronunciou sobre o caso.

A Koinonia e Anivaldo Padilha também negaram qualquer influência política na seleção da entidade. "O fato de ser pai de Alexandre Padilha não pesou e nem influenciou na seleção de projetos", disse Anivaldo.

Ele afirmou ainda que, desde 2009, não participa da "supervisão ou coordenação de projetos, nem das instâncias de decisão da entidade", apesar de seu nome constar como sócio no site da ONG.

Anivaldo explicou que se desligou da direção da Koinonia quando o filho assumiu o comando da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República,



em 2009, para "cumprir o que determina a legislação e evitar qualquer tipo de conflito de interesse ou prejudicar a continuidade dos programas".

Depois de análise nos sistemas de convênios e parcerias, o ministério disse que identificou na gestão de Padilha, entre 2011 e 2014, a participação da entidade em quatro seleções, sendo que ela foi desclassificada em duas "por não atender aos critérios técnicos exigidos".

Além da parceria de R\$ 199,8 mil com a Koinonia, a Saúde informou que, em dezembro de 2013, foram firmados outros 448 convênios com ONGs.

"Sempre participamos de editais públicos e submetidos às suas regras, com isenção e espírito público", disse Rafael Soares de Oliveira, diretor-executivo da Koinonia.

Editoria de Arte/Folhapress

Fonte: www.24horasnews.com.br

CONSTRANGIMENTO

29/01/2014 - 10:05:27

Da Redação

MT Saúde é condenado a indenizar paciente em mais de 12 mil reais

O valor da condenação do dano material deverá ser corrigido pelo IGP-M/FGV desde a data do julgamento



Foto: Arquivo

O juiz Antônio Carlos Pereira de Sousa Júnior, da Comarca de São José dos Quatro Marcos (315 km a oeste de Cuiabá), condenou o Instituto de Assistência à Saúde do Servidor do Estado de Mato Grosso (MT Saúde) a indenizar em R\$ 4.810, por danos materiais e R\$ 8 mil por danos morais uma paciente que teve atendimento negado porque o plano de saúde estava em débito com os repasses devidos aos médicos. (Código nº 51659)

O valor da condenação do dano material deverá ser corrigido pelo IGP-M/FGV desde a data do julgamento, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso, em 28 de abril de 2011 e correção monetária a partir da sentença. Já o valor da condenação por danos morais deve ser acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da decisão. O MT Saúde foi condenado ainda ao pagamento dos honorários advocatícios.

Consta dos autos que a paciente Irani Machado de Castro Silva, em abril de 2011, acompanhava a sua mãe que estava internada no hospital Dr. Guilherme Cardoso quando esta veio a falecer. Ao saber da notícia, Irani passou mal e ficou em observação no hospital.

O estado de Irani se agravou e ela foi encaminhada para o Hospital São Luiz, em Cáceres, porém não foi atendida porque o plano não estava efetuando os repasses de valores médicos.



Diante da situação a família dela pagou a consulta, no valor de R\$ 300,00.

Irani ficou hospitalizada 24h e o médico recomendou que ela fosse transferida para Cuiabá, em uma UTI móvel. No entanto, o plano de saúde informou que a ambulância estava quebrada e que só seria possível o transporte no dia seguinte, o que acabou ocorrendo.

Ao dar entrada no Hospital São Mateus, em Cuiabá, Irani foi diagnosticada com AVC, necessitando assim de fisioterapia.

Porém, a família foi informada que as empresas que fornecem esse tipo serviço não estavam aceitando o plano e teve que pagar pelo serviço de terapia. Ao pedir reembolso de todos os gastos, o MT Saúde reembolsou apenas R\$ 260,00.

“Portanto verifica-se que quando alguém contrata um plano de saúde, tem-se a expectativa de um atendimento eficaz quando dele necessitar.

Por isso, qualquer obstáculo, sem justa causa, criado neste momento, por isso este nobre magistrado entende que além de possível reparação pecuniária, também é cabível dano moral, em razão do sofrimento e da frustração sofrida pelo consumidor”, diz trecho da sentença.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

28/01/2014 - Assessoria SES/MT



COLETIVA- SAÚDE Fim da Intervenção na Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde

COLETIVA- SAÚDE

Assunto: Fim da Intervenção na Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde



Dia: 31 de janeiro de 2014

Horas: 09:00h

Local: Sede da Secretaria de Estado de Saúde – Palácio Paiaguás.

O Secretário de Estado de Saúde, Jorge Lafetá, concede entrevista coletiva à imprensa de Mato Grosso, na sexta-feira(31) às 09 horas, na sede da Secretaria, para falar sobre o fim dos trabalhos de intervenção nos serviços delegados a Organização Social de Saúde- Ipas- contratada para a execução dos serviços vinculados a implantação e operacionalização do gerenciamento da Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde –Ceadis.

Na oportunidade ,o secretário prestará esclarecimentos sobre as medidas administrativas que a Secretaria de Estado de Saúde vai adotar, uma vez que os relatórios finais já foram entregues por parte da Comissão de Processo Administrativo e pelo Interventor que foi nomeado pelo decreto nº 1874 de 30 de julho de 2013 que dispõe sobre a intervenção, cujos trabalhos foram concluídos no prazo.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / RELAÇÕES INTERNACIONAIS

27.01.2014 | 22h30 - Atualizado em 27.01.2014 | 17h51

Tamanho do texto A- A+

Em Cuba, Dilma condena embargo e agradece por Mais Médicos

Dilma agradeceu Cuba 'pela enorme contribuição ao sistema de saúde brasileiro'

DIVULGAÇÃO

Clique para ampliar 



DO BBC BRASIL

A presidente Dilma Rousseff visitou na manhã desta segunda-feira o porto de Mariel, importante investimento brasileiro em Cuba. Ela usou o evento para agradecer pelo envio de médicos para o Brasil e para criticar o embargo americano a Cuba.

"Quero aproveitar para agradecer em público o governo e ao povo cubano pela enorme contribuição ao sistema de saúde brasileiro por meio do programa Mais Médicos", disse a presidente, afirmando que os médicos cubanos estão tendo "grande aceitação" entre o povo brasileiro. Também disse que o programa é uma prova de solidariedade e cooperação nas relações entre os dois países.

Enquanto Cuba investe no envio de médicos ao Brasil, o governo brasileiro viabilizou, por meio de crédito de US\$ 682 milhões do BNDES, a construção da primeira etapa do porto de Mariel.

Quando estiver concluído, esse deve ser um dos maiores portos da América Latina.

Zona especial

A maior parte do complexo foi construída pela Odebrecht. Segundo a presidente, cerca de 400 empresas brasileiras participaram do projeto.

Dilma também anunciou investimento de US\$ 290 milhões em uma segunda etapa para a construção da zona especial de desenvolvimento de Mariel.



Trata-se de uma zona franca nas quais indústrias e empresas brasileiras teriam interesse em se estabelecer para exportar para países da América Central e, em um eventual fim do embargo americano a Cuba, para portos da costa leste dos EUA.

A presidente brasileira afirmou que "várias empresas" já teriam interesse em se instalar na região.

"Mesmo sendo submetido ao injusto bloqueio econômico, Cuba gera um dos três maiores volumes de comércio do Caribe", afirmou Dilma.

No porto deve vigorar um sistema diferente do resto da ilha, onde empresas terão poucas restrições para contratar, contarão com isenção de impostos e não serão obrigadas a se associar a companhias estatais.

Mas por enquanto o que se vê na área é muito mato intercalado com algumas plantações, umas poucas casas e praias paradisíacas.

Segundo analistas, o investimento em Mariel é uma aposta do governo brasileiro no futuro de Cuba. As autoridades esperam que quando o embargo chegar ao fim o país pode se tornar um importante posto avançado de exportação para os EUA de empresas brasileiras.

Embargo

Segundo Dilma, o porto inaugurado hoje tem capacidade de receber navios de classe pós-Panamax, ou seja, de grande porte com um calado (parte que fica sob a água) de mais de 18 metros. O terminal deve movimentar uma carga aproximada de 1 milhão de contêineres.

Dilma participou da inauguração ao lado do presidente Raúl Castro. Também estavam presentes os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro, da Bolívia, Evo Morales, e do Haiti, Michel Martelly, e outros chefes de Estado.

Na tarde desta segunda, Dilma se reúne com Raúl Castro no palácio presidencial.



Na terça, ele deve participar da cúpula da Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / HANSENÍASE

28.01.2014 | 08h13 - Atualizado em 28.01.2014 | 08h17

Tamanho do texto A- A+

Saúde promove "Dia D" de combate à doença em Cuiabá

Atualmente, existem 354 pacientes em tratamento na Capital

Reprodução

Clique para ampliar 



A expectativa para este ano é detectar cerca de 300 novos casos da doença

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Cuiabá realiza nesta terça-feira (28), o "Dia D" de combate à Hanseníase na Capital. Os atendimentos à população serão realizados na Clínica da Família, no CPA I, durante todo o dia. Além disso, as 86 equipes de saúde básica da Secretaria Municipal de Saúde estarão mobilizadas durante a programação da semana, onde estão incluídas palestras educativas e informativas, distribuição de folders e visitas nas residências da região do grande CPA e do bairro Centro América.



O evento é realizado em alusão ao 61º Dia Mundial de Luta contra a Hanseníase, comemorado no domingo, dia 26 de janeiro. A data foi criada com a finalidade de chamar a atenção do mundo todo para o problema da doença.

Atualmente em Cuiabá existem 354 pacientes em tratamento, sendo 19 menores de 15 anos, mas ainda há muitas pessoas que não sabem que são portadoras da doença.

A hanseníase tem prevalência alta em Cuiabá, bem como em todo o Estado. Em 2013 foram detectados 274 novos casos na Capital, sendo que 20 pacientes foram curados. No ano anterior (2012), foram detectados 242 casos e 142 pacientes curados. A expectativa para este ano é detectar cerca de 300 novos casos da doença.

Durante todo o ano, mas especialmente nesta semana de mobilização, as equipes de saúde irão trabalhar fortemente no sentido de reforçar a importância do tratamento e, além da busca ativa nas comunidades, realizarão também a avaliação de contato, já que a doença é transmissível e as pessoas mais próximas do doente são as que mais correm risco de se contaminar.

De acordo com a Coordenadora de Educação em Saúde do Programa Municipal de Combate a Hanseníase, Mikaelle Dias Barreto Taques, o diagnóstico precoce é fundamental para o controle. A hanseníase tem cura e sua forma mais grave pode desaparecer completamente se o paciente cumprir os 12 meses de tratamento prescrito pelo médico.

O diagnóstico tardio também tem tratamento e cura, mas, dependendo do estágio da doença, a pessoa já pode estar acometida das dores e deformidades que a hanseníase provoca quando não é tratada a tempo.

A Clínica da Família funciona das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas e está localizada na Avenida Óbidos, s/n, CPA I.



Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quinta, 30 de janeiro de 2014, 10h31

Tamanho do texto A- A+

DOIS EMPREGOS

Henry volta a trabalhar no IML após 18 anos afastado

O ex-deputado trabalha cerca de 4 horas diárias no IML de Cuiabá, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública

MAX AGUIAR

Desde a última segunda-feira (27) o médico legista e ex-deputado federal Pedro Henry voltou a dar expediente no Instituto Médico Legal (IML), em Cuiabá. Condenado a sete anos e dois meses pelo crime de mensalão, Henry é concursado desde 1986 para o cargo e se licenciou para atuar na vida política em 1996.

O ex-deputado trabalha cerca de 4 horas diárias no IML de Cuiabá, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública. Com isso, ao final da semana, ele consegue concluir a jornada prevista para o cargo no IML, que é de 24 horas semanais.

Além da atuação no IML, o ex-deputado continua trabalhando no Hospital Santa Rosa, segundo nota emitida pela unidade de saúde. Assim, ele tem conciliado os dois empregos.

Fonte: www.odocumento.com.br

Mato Grosso registra 865 casos de dengue no 1º mês do ano

30/01/2014 - 16h28

A-



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social



Da Redação

De acordo com os dados do Sinan On-Line, de 1º a 30 de janeiro de 2014, Mato Grosso registrou 865 casos notificados de dengue, com uma ocorrência de óbito em investigação no município de

Cuiabá.

Cuiabá registrou 64 casos, Rondonópolis 63 casos, Sinop 308 casos e Várzea Grande 35. O estado de Mato Grosso registrou até o momento 01 caso grave de dengue. No ano de 2013, as notificações no mesmo período foram de 9.384 casos notificados no estado.

CUIDADOS - Combata os focos do mosquito em sua casa, seguindo as seguintes orientações: limpe calha dos telhados; limpe os pratinhos dos vasos de plantas; mantenha piscinas limpas; não deixe formar poças d'água; elimine qualquer tipo de material que possa acumular água; garrafas ou recipientes sempre virados de boca para baixo; pneus mantidos em locais cobertos para não acumular água; tampe bem as caixas d'água e os poços.

Marcos Lopes/HiperNotícias



Pedro Henry volta a dar expediente no IML em Cuiabá

Essa não é a primeira vez que Henry tenta ocupar seu tempo longe da Polinter, local onde cumpri pena. Ele já fez pedido à Justiça para cursar faculdade de fisioterapia na Universidade de Cuiabá (Unic) e cursar pós-graduação em Medicina Hiperbárica. Ambos as solicitações foram negados pelo juiz Geraldo Fidelis, da 2ª Vara Criminal de Cuiabá.

Atualmente Pedro Henry cumpre pena em semi-aberto no anexo da Penitenciária Central do Estado (PCE) na Polinter. O ex-deputado foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no processo do Mensalão.



Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

MT Saúde alega que ressarciu servidora e recorre de condenação judicial

30/01/2014 - 08h38

A- A+



Da Redação

O presidente do MT Saúde, Flávio Taques, disse nesta quarta-feira, 29, que a autarquia vai recorrer da decisão do Juiz Antônio Carlos Pereira de Souza Júnior, de São José dos Quatros Marcos, que condenou o plano a pagar para a paciente Irani Machado de Castro Silva o valor de R\$ 4.810 mil por danos materiais e R\$ 8 mil por danos morais. Segundo Taques, a decisão deve ser reformada em

segunda instância.

“Respeitamos a decisão do magistrado mas entendemos que no curso de processo não foram apresentadas provas que sustentassem a existência de descaso ocasionando danos morais” – disse Servidora do Estado lotada em Cáceres, Irani Machado de Castro Silva, reclamou não ter recebido atendimento do plano tanto na sua cidade de origem quanto em Cuiabá.

Leia mais

[MT Saúde é condenado a indenizar em R\\$ 12,8 mil à paciente](#)

Quanto a indenização por danos materiais, Taques esclareceu que a queixa da servidora também não processo – e a ação também deve ser reformada. Ele deixou claro que o MT Saúde, posteriormente, fez o devido reembolso dos valores gastos com as consultas pela servidora.

Taques lembrou que o processo relacionado a queixa da servidora refere-se ao ano de 2011.



Ele disse que atualmente o MT Saúde atende regularmente todos os segurados e dependentes e está em fase de expansão para as cidades polos de Mato Grosso. “O MT Saúde hoje é um plano respeitado, que honra os seus compromissos” – disse, destacando o projeto de reestruturação que está sendo feito pela autarquia. Atualmente, com mais de 30 mil segurados, o MT Saúde conta com uma Rede Médico Hospital vem executando em média 4.500 procedimentos.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Saúde de VG inaugura reformas em duas unidades

30/01/2014 - 10h32

A- A+

Da Redação

Com as presenças do prefeito Wallace Guimarães e da secretária de Saúde de Várzea Grande, 1ª dama de VG, doutora Jaqueline Guimarães, serão inauguradas nesta sexta-feira (31) as reformas na Unidade Básica de Saúde do Jardim Imperial e no PSF de Nossa Senhora da Guia.

Ambas as unidades passaram por readequação completa, a fim de ofertar melhor estrutura aos servidores locais e, conseqüentemente, um atendimento de melhor qualidade aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, explicou a secretária Jaqueline Guimarães.

“Nosso objetivo é justamente ampliar a quantidade de pessoas atendidas diariamente, sem que isto implique em perda de qualidade. São unidades referenciais, de grande importância não apenas para os bairros onde estão localizadas, mas também para os adjacentes”.

Ela citou como exemplo a Unidade Básica do Jardim Imperial, sediada na divisa desse bairro com o Mapim. “Uma localização estratégica, sem dúvida, pois atende outros núcleos comunitários próximos de expressiva densidade populacional, a exemplo do Cabo Michael, Esmeralda”.

Além disso, pontuou, o núcleo clínico do SUS do Imperial está estruturado para atender casos



de ortopedia, ginecologia, pediatria, vacinação e a parte clínica mais simples, em geral. “Atua praticamente como uma policlínica daquela região”.

Para o prefeito Wallace Guimarães, ainda que várias ações resolutivas estejam em andamento na Saúde de VG para melhor estruturação física e da parte de equipamentos de suas unidades, “ainda há muito para ser feito no sentido de minimizarmos a demanda crescente”.

Na observação do gestor municipal, que também é médico, a presente gestão conhece palmo a palmo as deficiências desse segmento, e tem trabalhado de forma incansável pra saná-las.

“O trabalho na Saúde nunca para, é ininterrupto. Deve ser sequenciado, para não gerar entraves comprometedores à meta de ofertar um atendimento SUS digno e de excelente qualidade. Ao promover melhorias nas instalações interligadas ao sistema público, SUS, investimos com um olhar diferenciado para o presente e futuro”.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

RH da Secretaria de Saúde passa a atender na sede da Prefeitura

30/01/2014 - 11h42

A- A+

Da Redação

A Prefeitura de Cuiabá informa aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde que o setor de Recursos Humanos da pasta passará a atender na sede da Prefeitura, andar térreo.

Os atendimentos começam na próxima terça-feira (04), sempre a partir do meio-dia.

O telefone para mais informações é o (65) 3645-6157.



Fonte: www.odocumento.com.br

Política

Prefeitura de Nobres terá que pagar R\$ 18 mil por erro médico em paciente que amputou dedo

30/01/2014 - 12h02

A- A+

Da Redação

O município de Nobres terá que indenizar em R\$ 18.660,00 um morador do município que foi vítima de erro médico. O marceneiro sofreu um acidente de trabalho e ao ser socorrido, em uma unidade de saúde do município, teve o dedo indicador da mão esquerda amputado indevidamente pelo médico.

A decisão é da Terceira Câmara Cível, que à unanimidade concedeu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pelo município.

No apelo, o impetrante pediu que a decisão de primeiro grau fosse reformada, solicitando o afastamento das condenações “que lhe foram impostas a título de dano material e moral ou a minoração das condenações”.

Na decisão, a relatora Maria Aparecida Ribeiro destaca que “é devida a indenização por dano moral, quando restar devidamente demonstrado o prejuízo sofrido. É inconteste a incidência de dano moral decorrente de erro no atendimento emergencial prestado por servidor público municipal (médico), que culminou com a amputação de membro lesionado em acidente de trabalho”.

No entendimento da Terceira Câmara Cível, não existe norma legal regulamentando qual o valor que seja suficiente para compensar os danos decorrentes do abalo moral. Nesse caso, “o valor fixado a título de dano moral, correspondente a 30 salários mínimos à época do acidente, mostra-se moderada, atende as peculiaridades do caso concreto e mostra-se harmonioso com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade”.

A decisão da Terceira Câmara Cível está publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) desta quarta-feira (28 de janeiro). A apelação 145782/2012 pode ser consultada no portal do Tribunal de Justiça.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Ministério da Saúde garante investimentos para estadualizar hospital de Peixoto de Azevedo

30/01/2014 - 16h15

A- A+

Da Redação

Em busca de investimentos federais para melhorar a saúde pública no Estado, uma comitiva de autoridades mato-grossenses esteve no Ministério da Saúde em Brasília, para solicitar do Secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Miranda, medidas emergenciais para atender a necessidades pontuais. A reunião encabeçada pelo deputado estadual Pedro Satélite e federal Eliene Lima, ambos do PSD, contou ainda com a presença do secretário de Estado de Saúde Jorge Lafeté e dos prefeitos; de Cuiabá, Mauro Mendes, de Peixoto de Azevedo Sinvaldo Brito e de Tangará da Serra Fábio Junqueira. As autoridades defenderam o fortalecimento da saúde pública no interior de Mato Grosso como forma de desafogar a demanda da capital.

Uma das alternativas apresentadas para a região norte do estado é a estadualização do Hospital Municipal de Peixoto de Azevedo. A unidade atende pacientes de cinco municípios da região e também do sul do Pará.

“Nossa demanda é muito grande, estamos a 700 km de Cuiabá, e de cada cem reais que o município arrecada trinta e sete vai para a saúde. Portanto a estadualização é necessária para o que município possa ter condições de aplicar esse recurso em outras áreas como infraestrutura”, relatou o prefeito Sinvaldo Brito.

Com a estadualização a unidade que conta atualmente com 74 leitos, vai passar por uma ampla reforma, a estrutura será ampliada e irá receber equipamentos novos. O hospital também vai contar com especialidades médicas de alta complexidade e leitos de UTI.

Helvécio assegurou que o Ministério da Saúde fará o aporte necessário para que a cidade de Peixoto de Azevedo possa contar com um complexo de saúde pública apto a absorver a demanda.

Ele também reafirmou que estão assegurados os recursos para a construção de uma unidade de pronto atendimento (UPA) anexo ao hospital. “Nós iremos fazer o aporte necessário para a



reforma e aquisição de equipamentos, assim vamos ter um complexo de saúde para atender toda a região”.

A expectativa é que a estadualização aconteça ainda no primeiro semestre de 2014. Principal defensor da estadualização, o deputado Pedro Satélite destacou a união de esforços para objetivar o projeto.

“Isso só esta sendo possível graças ao empenho de toda a classe política. Com a estadualização desse hospital nós iremos minimizar o sofrimento da população peixotense e da região que depende da saúde pública”.

O deputado federal Eliene Lima destacou a importância desta conquista. “A estadualização traz um ganho não só agora, mas também para as futuras gerações que terá melhoria na qualidade de saúde”.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Após afastar IPAS da administração da Farmácia de Alto Custo, por desperdiçar R\$ 3 milhões em medicamentos, Saúde rescinde contrato com Instituto

Publicado em: 30/01/2014 às 11:24

por Rojane Marta/VG Notícias

Tamanho da Letra [A](#) [A](#) [A](#)

Foto:Reprodução/VG Notícias



Clique na imagem para ampliar

A rescisão contratual foi publicada na Imprensa Oficial do Estado (Iomat) que circula nesta quinta-feira (30.01).

Afastado da administração da Farmácia de Alto Custo do Estado desde julho de 2013, por deixar desperdiçar R\$ 3 milhões em medicamentos, o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde – IPAS, teve o seu contrato firmado com o Estado rescindido. A rescisão contratual foi publicada na Imprensa Oficial do Estado (Iomat) que circula nesta quinta-feira (30.01).

De acordo com a rescisão, a partir desde segunda-feira (27), os serviços de gerenciamento da Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (CEADIS) – popular Farmácia de Alto Custo - passam a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde, que o fará pelo prazo de 120 dias ou até a conclusão do procedimento licitatório para escolha de uma nova gerenciadora.

O atual interventor, Marcelo de Alécio Costa (ex-diretor do Postão de Várzea Grande), continuará como responsável pela administração da CEADIS, pelo período necessário, segundo consta na publicação.

Conforme o parágrafo único da portaria Marcelo poderá solicitar pessoas para auxiliá-lo, na função investida, “podendo delegar atribuições específica de sua missão a auxiliares e prepostos individualmente ou em conjunto”.

Entenda – No início de 2013 o Estado perdeu centenas de caixas de medicamentos de alto custo, devido à má gerencia do Instituto Pernambucano de Assistência Social (IPAS). Após dois meses do



ocorrido, e devido a várias “pressões”, o governo do Estado resolveu tomar uma atitude e afastar o Instituto da administração da Farmácia Popular (CEADIS).

Por meio do decreto 1.874/2013, o Estado interveio totalmente na administração da CEADIS. Na época o decreto especificou que a intervenção era devida ao iminente risco quanto ao cumprimento das metas assumidas no contrato de gestão e tem o objetivo “garantir o restabelecimento adequado dos serviços de saúde CEADIS e a apuração das irregularidades apontadas nas auditorias”. Conforme a Auditoria Geral do Estado, durante a gestão do Instituto frente à Farmácia de Alto Custo, foram desperdiçados R\$ 2.823.179,04 em medicamentos e insumos à saúde.

O IPAS ficou afastado da função de administrador da Farmácia de Alto Custo por 180 dias, conforme determinou o decreto.

Relatório AGE – Conforme relatório da Auditoria Geral do Estado sobre medicamentos e insumos de saúde vencidos antes da distribuição aos usuários, no período de novembro de 2012 a abril de 2013, o prejuízo foi de R\$ 1.328.774,74. No entanto, desde o início das atividades do IPAS, em 12 de junho de 2011 a AGE constatou um prejuízo de quase R\$ 3 milhões.

Desde o período em que o IPAS/CEADIS assumiu o gerenciamento dos estoques de medicamentos no Estado, foi baixado no sistema o montante de R\$ 2.823.179,04 em medicamentos e insumos de saúde, sendo o valor de R\$ 1.328.774,74 no período de novembro de 2012 a abril de 2013 e R\$ 1.058.317,34 referente a anterior a novembro de 2012.